

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 128/XIII/1.<sup>a</sup>

### RECOMENDA AO GOVERNO A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS QUE GARANTAM O ACESSO A FORMAÇÃO ESPECIALIZADA A TODOS OS MÉDICOS

A implantação de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) em Portugal, associada ao acesso gratuito à educação, ao trabalho com direitos e ao direito a proteção social, foi uma das conquistas do 25 de abril. O SNS é um pilar fundamental de democratização do país, mobilidade social e redução de desigualdades, tendo permitido quebrar o ciclo da doença tipicamente associado à pobreza.

Portugal era um país pobre, atrasado, pouco escolarizado, sem direitos laborais ou sociais. A instituição do SNS universal geral e gratuito permitiu que, em menos de 40 anos, Portugal deixasse de figurar nas estatísticas da vergonha. Refira-se que a taxa de mortalidade infantil passou de 38,9% em 1975 para 3,1% em 2011, enquanto a taxa de mortalidade materna passou de 42,9 por cada cem mil (em 1975) para 5,2 por cada cem mil (em 2011), exemplos bem significativos dos passos de gigante que foram dados.

A implementação do SNS tem, recorde-se, menos de quarenta anos. Aquando da sua instituição, muito faltava para se conseguir a sua real efetivação; por exemplo, no que concerne a pessoal médico, em 1975 havia 122 médicos por cada cem mil habitantes. Em 2011, havia 405 médicos por cada cem mil habitantes.

Este crescimento do SNS tem sido absolutamente fundamental para garantir o acesso a mais e melhores cuidados de saúde, a um número cada vez mais alargado de pessoas; no

entanto, há ainda muitas pessoas que não conseguem aceder aos cuidados médicos da forma que seria mais adequada: por exemplo, atualmente, mais de um milhão de pessoas continua sem médico de família.

Ao longo destes anos, o Estado Português assegurou sempre a formação dos novos médicos através das universidades públicas e das instituições do SNS, onde se realiza o internato médico. No entanto, o subfinanciamento, agravado com as medidas restritivas do governo PSD/CDS, tem dificultado a efetivação das condições consideradas adequadas para a formação médica. Por outro lado, tem-se vindo a assistir a uma degradação das condições das carreiras médicas e à saída de milhares de médicos especialistas do SNS, o que leva à desestabilização das equipas, comprometendo a capacidade formativa dos serviços hospitalares.

De acordo com o Relatório Final sobre a “Revisão do Regime do Internato Médico”, de maio de 2012, verifica-se um desfasamento entre a capacidade formativa instalada e as vagas efetivamente disponibilizadas, ou seja, há mais vagas possíveis do que aquelas que são efetivamente disponibilizadas, como se pode constatar no quadro abaixo disponibilizado:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
a) Capacidade Formativa	1678	1060	1422	1238	1478	1605	1702	1713
b) Vagas disponibilizadas	1609	894	997	1066	1216	1190	1391	1496
a) - b) = Vagas não utilizadas	69	166	425	172	262	415	311	217

Não obstante, ao longo dos últimos anos, os estudantes de medicina têm vindo a manifestar o receio de não conseguirem aceder ao internato médico, ficando impossibilitados de concluir a sua formação especializada. De facto, este receio materializou-se agora, uma vez que 114 médicos não obtiveram vaga para iniciar o seu internato.

Esta situação, que ocorre pela primeira vez, é insólita e anacrónica, pois não se compreende que num país que tanto carece de médicos especialistas possa haver recém-formados que não conseguem fazer a formação específica.

Por outro lado, não se descortina qual o interesse em ter médicos sem especialidade, a menos que se pretenda criar uma bolsa de recrutáveis de baixo custo para urgências hospitalares ou serviços de saúde privados, estratégia que não é proveitosa para ninguém, a não ser para as empresas que lucram com a colocação de médicos tarefeiros no SNS.

A existência de médicos sem formação específica em nada beneficia a qualidade do SNS e será mais um passo para a destruturação das carreiras médicas, que já tão fustigadas têm sido nos últimos anos.

A complementaridade e a integridade das equipas médicas são fundamentais, não só para os cuidados de saúde disponibilizados, mas também para a qualidade formativa do SNS. Este é, aliás, um dos problemas essenciais com que o SNS se debate atualmente: a destruição das carreiras médicas levou à saída de médicos experientes do SNS para o privado ou para a reforma, situação que necessita de intervenção urgente, sob pena de se comprometer, irremediavelmente, a capacidade formativa do SNS. De facto, não há internos a mais, há formadores a menos, da mesma forma que não há médicos a mais, há falta de médicos no SNS.

É necessário encarar este problema de frente. É necessário que sejam encontradas soluções para este problema e não cruzar os braços assumindo que não há vagas. O Governo, com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e a Ordem dos Médicos, tem de ser capaz de articular respostas para este problema, na certeza de que não pode alhear-se de encontrar soluções e assistir passivamente à suposta inexistência de capacidades formativas.

O Bloco de Esquerda considera fundamental que seja assegurado o acesso à formação especializada a todos os médicos. Para tal, é necessário que de imediato sejam implementadas medidas extraordinárias que assegurem vagas para os 114 médicos que ficaram excluídos do internato médico e também que se desencadeiem os processos necessários para garantir formação especializada para todos os médicos que, no futuro, concorram ao concurso de acesso ao internato médico.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1 - Crie medidas excepcionais e emergentes para assegurar as vagas que permitam o acesso e início do internato médico aos 114 médicos que ficaram sem vaga no último concurso;

2 - Desencadeie os processos tidos por convenientes para, em coordenação com a Ordem dos Médicos e a ACSS, assegurar o alargamento das idoneidades formativas e a subsequente abertura do número de vagas para os próximos concursos;

3 - Sejam garantidas vagas para acesso ao internato médico a todos os que terminem a sua formação pré-graduada em medicina.

Assembleia da República, 29 de janeiro de 2016.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,